ANO XII - Edição 89 - Julho de 2018 - Distribuição Gratuita

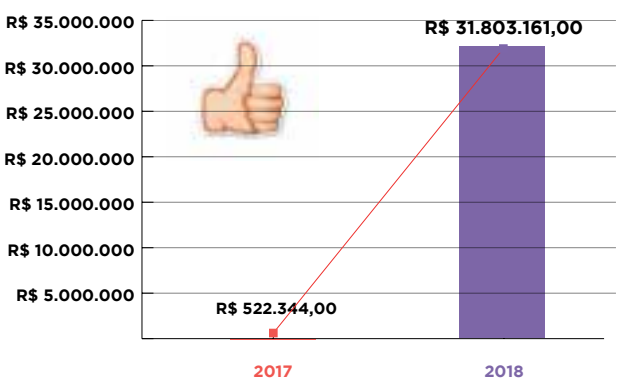
www.jornalavozdomotoboy.com.br

JORNAL A VOZ DO MOTOBOY

4 anos depois, quem saiu ganhando com os aplicativos? Milhões para as empresas e retrocesso para o trabalhador!

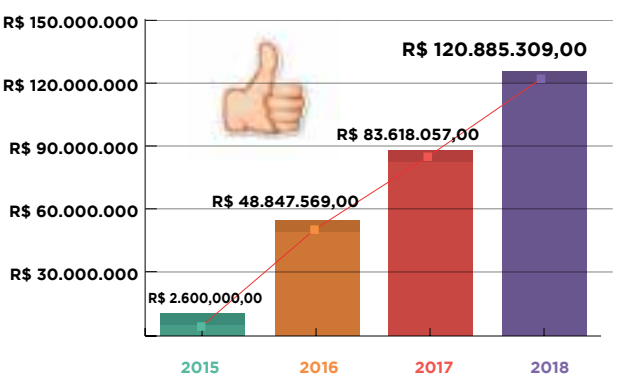
Capital da Empresa RAPPI, saltou de 522 mil reais em 2017 para mais de 31 milhões em 2018

VALORIZAÇÃO DA EMPRESA (6.000%)



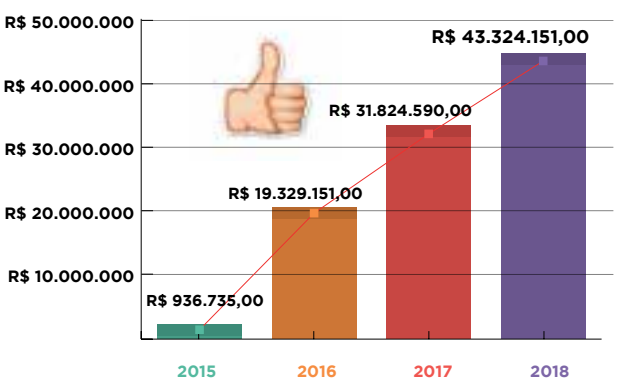
Capital da Empresa LOGGI, saltou de 215 mil reais em 2014 para mais de 120 milhões de reais em 2018

VALORIZAÇÃO DA EMPRESA (5.557%)

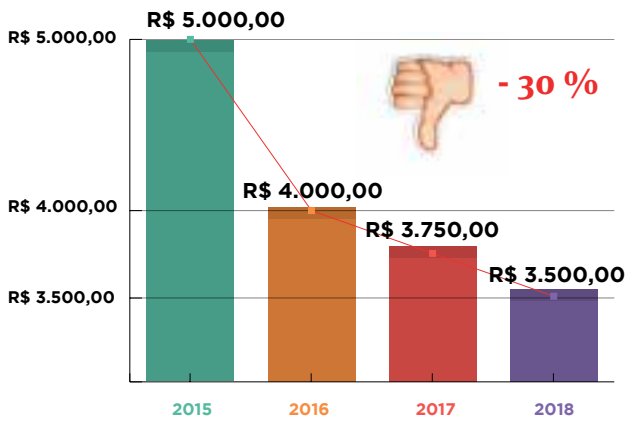


Capital das Empresas RAPIDDO/IFOOD, saltou de 936 mil reais em 2014 para mais de 43 milhões de reais em 2018

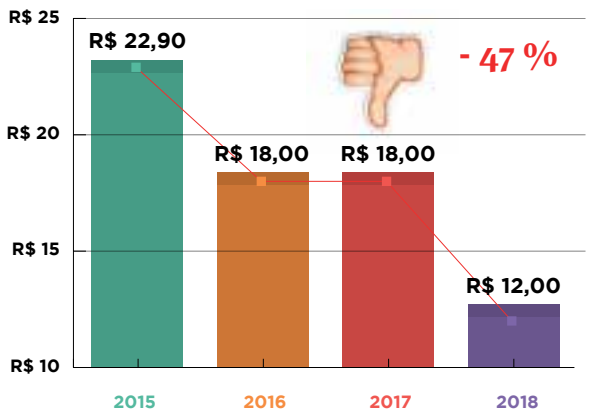
VALORIZAÇÃO DA EMPRESA (4.535%)



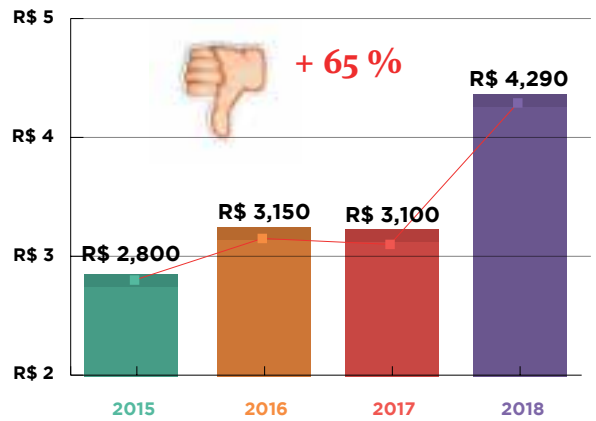
Ganho médio bruto do trabalhador M.E.I, que era acima de 5 mil reais em 2015, caiu para 3,5 mil em 2018



Quanto menos pagarem o trabalhador (baixar o preço) maior será o lucro em milhões para as empresas



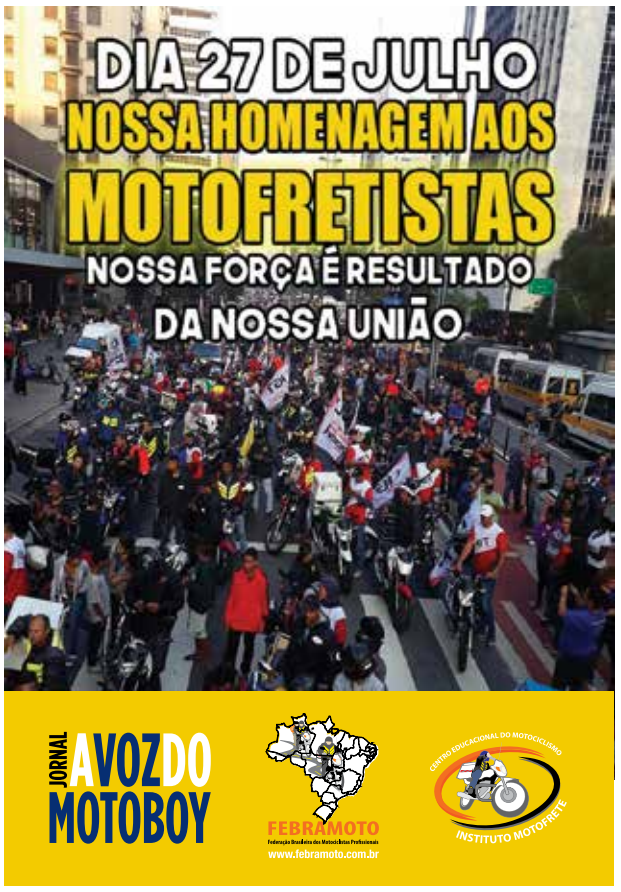
Aumento da Gasolina nos últimos 4 anos



Febramoto / SindimotoSP juntamente com outras instituições e federações (representando seus sindicatos) e a AND / Detran.SP discutem com Denatran / Contran propostas que alteram as regras atuais das Resoluções 356 e 410

Pg 06

Com objetivo de incentivar a regulamentação do motofrete em todo Brasil, Grupo de Trabalho pede mudanças, desburocratização dos procedimentos e principalmente, flexibilização e facilidade para o profissional regularizar.



SindimotoSP tem saldo positivo em defesa do motociclista profissional

Pg 05

Seguro de Vida é obrigatório para obtenção de Condumoto e Licença Motofrete (placa vermelha)

Além disso, tem que ser específico na capital e cumprir exigências da Lei Federal 12009, Lei Municipal 14491 (SP) e ser específico para motofrete - motociclista profissional em São Paulo.

O SindimotoSP oferece seguro complementar e que está, inclusive, em Convenção Coletiva e é autorizado pela Prefeitura de SP.

Sem o seguro de vida o motociclista profissional não consegue tirar Condumoto ou Licença Motofrete (placa vermelha).

Para esses documentos que permitem o exercício da profissão, o SindimotoSP emite todas as certidões exigidas pelo DTP.

O Sindicato fica na Rua Dr Eurico Rangel, 58 - Brooklin Novo / SP. Horário para dar entrada nos documentos é das 8 às 15 hs de segunda a sexta-feira - exceto feriados. Informações sobre o seguro também podem ser adquiridas nas duas corretoras abaixo que estão autorizadas pela prefeitura de SP para contratação.

CORTESIA CORRETORA DE SEGUROS
Cortesia Corretora de Seguros Ltda
Rua Cananeia, 223 - Vila Prudente
São Paulo - CEP: 03132-040
Contatos: (011) 3539-8717
www.cortesiaseguros.com.br

Viana do Castelo Seguros
Corretora Viana do Castelo
Avenida Pacaembu, 1191 - Pacaembu
São Paulo - CEP: 01234-001
Contatos: (011) 3662-1211
www.vcseguro.com.br

Adicional de Periculosidade deve ser pago a todo motociclista profissional com carteira registrada

O benefício que paga 30% do valor descrito na carteira profissional do motoboy é Lei Federal 12.997 e, ainda, no § 1º do artigo 193 da CLT6 / Súmula nº 191 – TST – Res. 13/1983, DJ 9.11.1983 - Nova redação - Res. 121/2003, DJ 21.11.2003 / Ministério do Trabalho e Emprego.

O adicional de periculosidade incide sobre o salário e também em outros adicionais legais como férias, 13º salário, FGTS, aviso prévio, etc. Nesse sentido, inclusive, encontra-se o entendimento consolidado na Súmula 132, I, do C. TST, específico quanto horas extras.

Vez ou outra, boatos ou empresários alegam que a obrigatoriedade foi suspensa, o que é inverdade. O que está fora da obrigação do empresário é trabalhador que não seja registrado como motoboy, mas que realiza serviços com uso de motocicleta. Atualmente, o SindimotoSP, que faz parte de um grupo tripartite, defende o pagamento integral a todos que utilizam motocicleta para atividade profissional. O novo texto está sendo preparado e deve sair em breve com a decisão final publicada pelo Ministério do Trabalho.

Aumentam mortes de motociclistas na capital São Paulo

Segundo o Infosiga (Sistema de Informações Gerenciais de Acidentes de Trânsito estadual), as mortes de motociclistas não recuaram no trânsito paulista. Os dados mostram aumento nos dois últimos anos nos óbitos em acidentes para quem conduzia a moto ou estava na garupa. Foram 166 óbitos envolvendo quem trafegava em motocicletas.

A maioria aconteceu em finais de semana (36 em sábados, 36 em domingos e 26 em sextas). Destes, 80 mortos tinham entre 18 e 29 anos. O aumento foi de 5% de 2018 em relação a 2017. Para o SindimotoSP, que representa os trabalhadores motociclistas, a falta de uma política específica para esse público contribui para essa alta. “Uma de nossas bandeiras é a defesa por uma política pública para motociclistas”, diz Gilberto Almeida Santos, o Gil, presidente da entidade.

Para o sindicalista, não são vistas com frequência campanhas específicas voltadas a esse público, nem para quem adota a moto como seu meio de transporte.

Editorial

Acabou o ano. Isso mesmo, 2018 como todos os outros que passaram antes dele, acaba, de fato, no primeiro semestre. Quando menos imaginamos, já estamos comemorando natal e ano novo. Não sei se acontece com você, mas a impressão que temos é que os anos estão passando cada vez mais rápido. E assim, entramos no segundo semestre sem muitas perspectivas, caso o anterior não tenha trazido bons resultados para nossas vidas pessoais e profissionais. Você que lê essas linhas agora pode pensar... nossa, que desmotivação, mas não é isso. Falamos aqui de realidade e de posicionamento. Nossa categoria precisa de ações, políticas públicas e benefícios, assim como união. Não dá, com tão pouco tempo para o fim de ano fazermos corpo mole ou acreditar em promessas ou aventureiros de plantão escondidos atrás da profissão de motoboy. Vamos olhar com clareza o que está acontecendo no setor de motofrete e agir, lutar, reivindicar melhorias para os motociclistas profissionais. Aproveitamos aqui, e parabenizamos todo trabalhador motociclista pelo dia 27 de julho, que é dedicado a todos aqueles que veem na motocicleta não só trabalho, mas lazer e liberdade.

Vetada obrigatoriedade de antena corta pipa em motos

O projeto de lei (PL) 61/2004 que obrigaria as montadoras de motocicletas a instalarem antenas protetoras contra linhas de pipas já na produção, foi vetado pelo governador Márcio França. No texto oficial sobre o assunto, ele explicou que a decisão deve ser avaliada em âmbito federal, que a Constituição Federal outorgou à União competência privativa para legislar sobre a matéria e que o Supremo Tribunal Federal vem sistematicamente declarando a inconstitucionalidade de leis estaduais que disponham sobre trânsito.

O governador citou ainda os artigos 54, 55 e 139-A do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) que dispõem sobre os equipamentos obrigatórios das motocicletas (capacete, viseira ou óculos) e a regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), que exige antena corta-pipas somente para motocicletas destinadas ao motofrete. Agora, os deputados analisam o veto do governo estadual e podem derrubá-lo, em assembleia, colocando a lei em vigor.

Expediente

A Voz do Motoboy
Jornalista responsável: Pedro Pimenta
Diagramação: Rodrigo Martins
Colaboradores: Febramoto / Abramoto
DNP / Instituto Motofrete / SindimotoSP
Associação dos Motofretistas

Redação: Rua Dr Eurico Rangel, 58
Brooklin Novo / Cep: 04602-060
Telefone: 5049-0442
Site: www.jornalavozdomotoboy.com.br
email: redacao@jornalavozdomotoboy.com.br

Você sabia que dar entrada no Seguro DPVAT é um procedimento totalmente gratuito?

Isso mesmo. Em casos de acidentes de trânsito que resultem em Morte, Invalidez Permanente, total ou parcial, ou mesmo a cobertura de custos médico-hospitalares, você pode contar com a indenização do Seguro DPVAT, o seguro do trânsito brasileiro. São mais de 8 mil pontos de atendimento espalhados por todo o País, onde você pode dar entrada gratuitamente e sozinho, sem atravessadores.

Mais informações

SAC DPVAT 0800 022 12 04
Canal de Denúncias 0800 022 12 05
Ouvidoria 0800 021 91 35

DPVATofícial

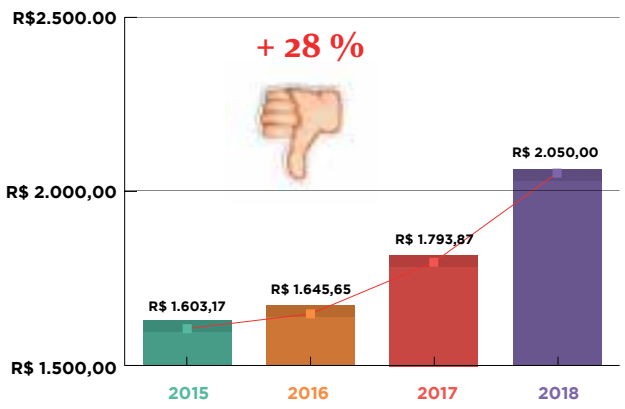
DPVATofícial

dpvat_oficial

www.seguradoralider.com.br

4 ANOS DEPOIS, QUEM SAIU GAN MILHÕES PARA AS EMPRESAS E RE

Despesas e gastos mensais do trabalhador MOTOFRETE para quem roda em média 2.500 km



Quais são as despesas do trabalhador:

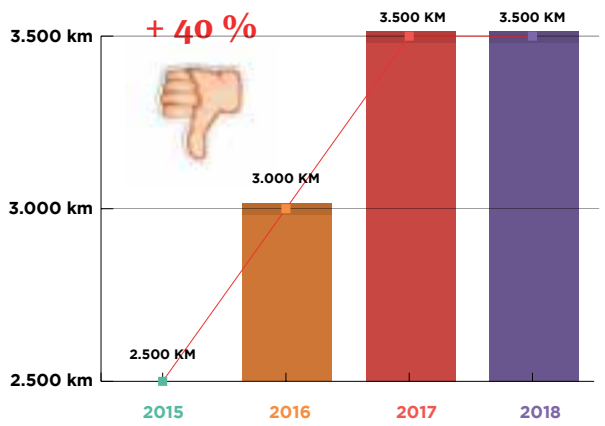
Condutor: plano de celular, aparelho smartphone, capacete, jaqueta, alimentação e etc.

Motocicleta: depreciação da motocicleta, gasolina, óleo lubrificante, peças e etc.

Impostos e tributos: IPVA, DPVAT, despesas MEI, DTP etc.

Obs.: não estão contabilizados valores de multas de trânsito.

Quem rodava em média 2.500 km em 2015 e ganhava em média 5 mil reais, agora em 2018, tem que rodar 3.500 km para ganhar 3.5 mil reais

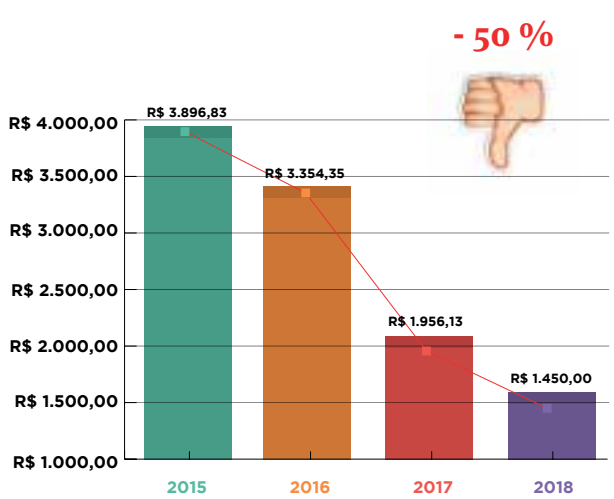


Essa kilometragem aumentou porque os preços pagos pelas empresas de aplicativos vem baixando, fazendo com que cada vez mais os trabalhadores trabalhem mais, corram mais, para buscar ter uma renda mínima.

Renda líquida e a soma das despesas x ganhos brutos

Para o trabalhador desenvolver suas atividades profissionais, ele precisa pagar todos os custos que tem para exercer a profissão, ele é o dono do seu próprio negócio, com isso tem que ter a matemática que existem os custos e o seu lucro real e são calculados todos os custos como condutor, motocicletas e tributos (-)

Receita bruta, o seu lucro real



Valor de mercado e l aplicativos no moto qualidade de vid

Pesquisa inédita do SindimotoSP mostra mercado financeiro com aportes milion motoboys tem jornada de trabalho maio além de escravização em pleno século 2

Em 2015, quando as empresas de aplicativos no motofrete começaram atuar no setor profissional de duas rodas, as promessas de altos ganhos e ser dono de seu próprio negócio levaram milhares de motoboys CLT pedirem dispensa de seus empregos e até indicar amigos para as plataformas digitais. O tempo, sempre dono da verdade, mostrou que todos compromissos assumidos pelas empresas eram somente conversa fiada. De lá para cá, o motociclista profissional que trabalha em aplicativos se viu refém do sistema e , para manter um ganho mínimo, precisa trabalhar horas a fio, ficar a mercê das empresas, como Loggi, Rapiddo, Rapy e outras, além de ter todos direitos trabalhistas conquistados ao longo dos anos, anulados pelas empresas de aplicativo com ilusão de serem micro-empresários. Porém, essas empresas aumentam seu valor de mercado cada vez mais e obtém lucros estratosféricos.

A Loggi, por exemplo, em 2015 saltou de capital de pouco mais de R$ 2 milhões para mais de R$ 120 milhões em 2018, aumento de 5.557% e lucro de mais de R$ 200 milhões em 2017. A Rapiddo e a Rapy também atingiram cifras astronômicas passando de pouco mais R$ 936 mil (2015) e R$ 522 mil (2017) para mais de R$ 43 milhões e 31 milhões em 2018. Em média, os aumentos foram de 4.535% e 6.000% respectivamente.

Enquanto isso, o trabalhador motociclista viu seu ganho salarial cair absurdamente. Em 2015 o repasse para o trabalhador era de R$ 22,90. Hoje, recebe R$ 12,00, indicando queda de 47,60%. Também no começo da atuação dos aplicativos o motoboy trabalhava em média 6 horas por dia, hoje, para manter um salário

SindimotoSP tem saldo positivo em

Quais foram as maiores conquistas para a categoria durante sua gestão?

Podemos dizer que nossas vitórias estão em três frentes de atuação: trabalhista, trânsito e política. Na questão trabalhista, quando assumimos não havia piso mínimo, pagava-se o que queria para os trabalhadores e, além disso era quase zero os benefícios.

Atualmente, além de conseguirmos a obrigatoriedade do registro na carteira profissional, o motoboy tem piso mínimo próprio maior que o salário mínimo nacional e estadual, 30% de periculosidade sobre o valor de salário descrito na carteira, aluguel de moto - inclusive com excedente de quilometragem, VR, cesta básica e seguro de vida complementar gratuito, manutenção de diversos direitos trabalhistas nas convenções coletivas e muito mais. Ainda temos um espaço oferecido para o trabalhador motociclista com serviços de despachante, orientação jurídica e para assuntos relacionados ao INSS, temos diretores de plantão para tirar dúvidas e muito mais. Quando olhamos para a questão política, vemos vitórias na esfera federal com aprovação das Leis Federais 12.009 (Regulamentação), 12.436 (que proíbe apressar o trabalhador) e 12.997 (Periculosidade). Elas trouxeram mais qualidade de vida para o motociclista e segurança. Também no quesito federal, aprovamos a lei da Viseira, que impede o agente de trânsito multar motociclista que está parado com a viseira levantada, o que não acontecia antes.

No governo estadual, obtivemos mais de 70 mil cursos gratuitos de qualificação 30 Horas do Contran, linha de financiamento pelo Banco do Povo Paulista para aquisição de motos e equipamentos (juros subsidiados de 0,35% ao mês), parceria com o DetranSP e Movimento Paulista de Segurança no Trânsito – MPST, além de sermos "Membro Conselheiro" permanente no CEDATT, que discute melhorias no trânsito estadual. Com manifestações conseguimos os vetos as leis que proibiam motociclistas e motofretistas de levarem garupa ou ter que colocarem placa na frente da motocicleta, conseguimos uma legislação mais dura contra os desmanches de motopeças e vendas de peças usadas através da identificação pelo DetranSP. Já no âmbito Municipal, as principais conquistas foram a manutenção da Lei Municipal 14.491 que regulamenta a profissão na Capital São Paulo, fiscalização de empresas clandestinas, criação de motofaixas, não ter sido proibido trafegar pela Avenida 23 maio, não ter sido obrigatório uso do colete air bag, oferecimento de cursos gratuitos pelo CETET, bolsões de estacionamento para placa vermelha, criação de faixa de retenção em semáforos (bike box), entre outras. Vale ressaltar que isso é só uma parte de 10 anos de trabalho que podem ser melhor conhecidos em www.sindimotosp.com.br.

Hoje quais são as reivindicações da categoria?

São muitas, em cada esfera governamental temos demandas, no governo federal temos no trânsito com as alterações na Resolução 356, que estabelece requisitos mínimos de segurança para o transporte de cargas (motofrete) e remunerado de passageiros (mototáxi) em motocicletas; na Resolução 410, que regulamenta os cursos especializados obrigatórios destinados a profissionais em entrega de mercadorias (motofretista)

NHANDO COM OS APLICATIVOS ? TROCESSO PARA O TRABALHADOR!

ucro de empresas de frete sobe enquanto a do motoboy cai

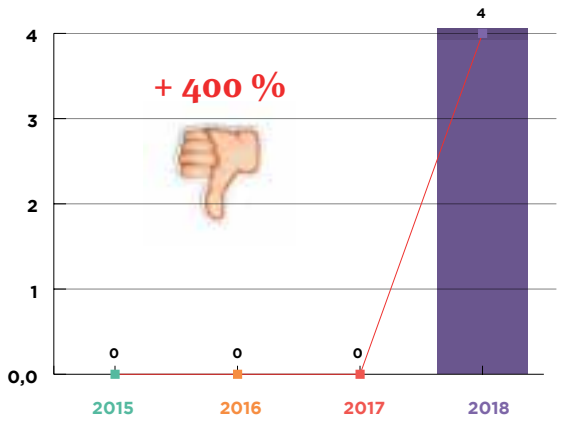
a mega valorização destas empresas no ários e lucros exorbitantes enquanto or, queda de renda e qualidade de vida, 1.

maior fica até 10 horas fazendo entregas, gerando aumento de 50% de horas a mais em cima da motocicleta. Isso também aumentou o número de quilômetros rodados que passou de 2.500 kms por mês para 3.500, o índice de mortes que chegou a alarmantes 400% e as despesas por mês que saiu dos R$ 1.603,17 para R$ 2.050,00, em média, gerando 31,75% de aumento.

A pesquisa também demonstrou outros prejuízos do trabalhador como queda da renda bruta de mais de R$ 5 mil por mês em 2015 para R$ 3.500 em 2018, resultando em uma diferença de 42,85% a menos no salário, e o pior: diminuição de 100% na renda líquida (parte que fica como salário) despencando de R$ 3.896,00 para R$ 1.450,00. Por outro lado e para prejudicar ainda mais o trabalhador, a gasolina aumentou de R$ 2,80 para 4,29 (65,26%) e a concorrência entre os trabalhadores de aplicativo passou de 1300 para 5000 cadastrados, tendo aumento de 260%.

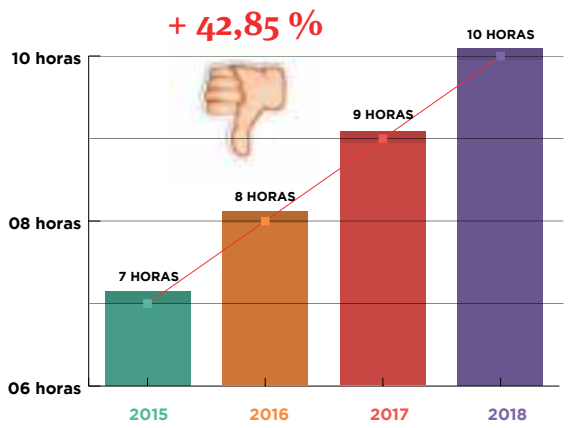
O estudo também mostrou números relativos aos trabalhadores registrados em carteira via CLT, que mantiveram todos os direitos trabalhistas conquistados pelo SindimotoSP em quase uma década de atuação. Além da manutenção de direitos em todas as Convenções Coletivas e mesmo com a mudança das leis trabalhistas em novembro de 2017 pelo Governo Federal, o motociclista CLT tem faixa salarial de R$ 3.561,16, trabalha em média 8 horas por dia, tendo folga nos finais de semana e feriados, ao completar um ano recebem férias, ao encerrar o ano em exercício conta com o 13º e em caso de rescisão recebe todos os direitos trabalhistas. Abaixo você confere nos gráficos mais detalhes da pesquisa.

Aumenta o nº de mortes de Motociclistas em aplicativos, excesso de cargas horária e kilometragem diárias



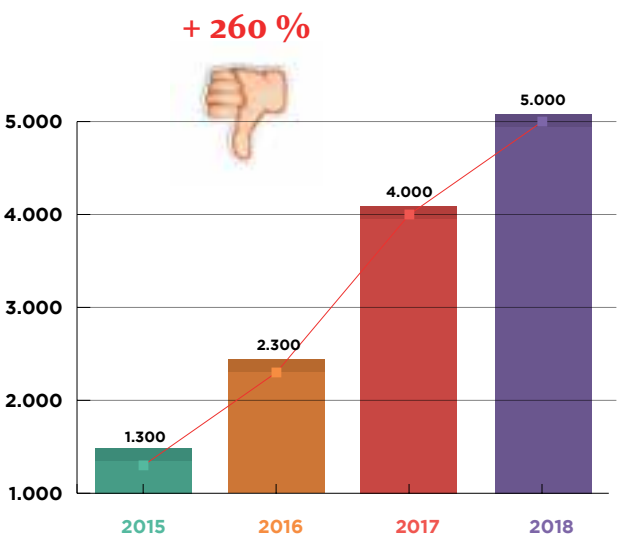
familiares dos profissionais que procuraram o Sindimotosp ate o mês de julho, para buscar informações e apoio, reclamando que seus entes queridos eram funcionários das empresas de aplicativos, as mesmas simplesmente ignoraram dizendo que não tem vinculo com eles, não prestando a mínima assistência e informações para seus familiares, o mais grave são o seguros de vida que exigido pela lei, que a grande maioria fazem seguros que não cumprem a legislação da lei 14.491, enquanto os trabalhadores CLT, não tivemos nenhuma morte comparado ao mesmo periodo

Trabalhadores aumentam nº de horas disponíveis para os aplicativos devido a concorrência e preços baixos



As estratégias das empresas de aplicativos em cadastrarem o maior número de trabalhadores, fazem com que a cada dia os profissionais fiquem mais tempo a espera de serviços, fazendo BIG BOG com os motofretistas, enquanto poderiam estar com suas famílias, estão expostos a cargas horárias o dia todo, inclusive nos finais de semana, para poderem ganhar o mínimo de sobrevivência.

(Nº de Trabalhadores na plataforma) Concorrência desleal faz com que os preços caiam cada vez mais, quanto mais trabalhadores, menos ofertas de serviços



As estratégias das empresas de aplicativos são quantos mais trabalhadores, mais as empresas ganham e menos os trabalhadores ganham, porque? Conseguem baixar os preços com ofertas de mão de obra, cada dia mais entram novos cadastrados e fazem o rodízio, quem entra ganha mais e os mais velhos ganham menos, com isso elas (empresas) fazem do trabalhador o que querem.

defesa do motociclista profissional

e em transporte de passageiros (mototaxista) que exerçam atividades remuneradas na condução de motocicletas. Caso sejam alteradas, haverá desburocratização para o motociclista profissional se regulamentar. Ainda reivindicamos implementação de um programa de proteção aos motociclistas contínuo de segurança no trânsito nos pilares da ONU, Fiscalização, Educação, Saúde, Infraestrutura e Segurança Veicular para que possam atender os anseios da "Década de Segurança 2011-2020 ", a desburocratização do Fundo Nacional de Segurança do Trânsito – FUNSET, no âmbito federal, contingenciados a mais de 10 anos, com estimativa de mais de 10 bilhões. Em âmbito estadual estamos pleiteando linha financiamento para compra de motocicletas padrão para a categoria, isenção de impostos para aquisição dos equipamentos de segurança obrigatório, cursos gratuitos de 30 Horas Obrigatório do Contran, fiscalização nas empresas clandestinas, regulamentação das empresas que usam aplicativos na atividade de motofrete entre outras. Nas reivindicações para à prefeitura municipal de São Paulo, que o Fundo Municipal de Desenvolvimento do Trânsito - FMDT, que arrecadou mais 1,2 bilhões de reais no ano passado, use recursos de 5% dos valores das multas para as áreas de educação e segurança para duas rodas.

Existem políticas públicas para os motociclistas?

Achamos que teve alguns avanços, antes era zero, só tinham a visão de proibir e criar dificuldades e fiscalização para quem anda de motocicleta, seja para o dia a dia ou profissional. Uma pequena parte dos que podem fazer algo pela categoria, de fato fazem alguma coisa, mas é preciso fazer muito mais pelos motociclistas porque somos a parte mais fraca do trânsito. Veja as estatísticas de morte de motociclistas que só aumentam. Também falta investimentos em todas as áreas, não há uma definição clara na questão de educação de trânsito dos governos. É preciso uma conscientização e mudanças de comportamentos em geral de todos os envolvidos nessa questão para encontrarmos soluções, incentivos aos bons condutores, como por exemplo, redução do IPVA ou DPVAT, qualificação e flexibilização

Gil, a frente da categoria mostra liderança ao conduzir milhares de motoboys em manifestações para reivindicar direitos e melhorias para à categoria

Febramoto / SindimotoSP juntamente com outras instituições e federações (representando seus sindicatos) e a AND / Detran.SP discutem com Denatran / Contran propostas que alteram as regras atuais das Resoluções 356 e 410

Com objetivo de incentivar a regulamentação do motofrete em todo Brasil, Grupo de Trabalho pede mudanças, desburocratização dos procedimentos e principalmente, flexibilização e facilidade para o profissional regularizar.

Em sua primeira reunião depois da formação oficial do Grupo de Trabalho (GT) pela Portaria 166, as federações, instituições públicas e privadas de setores de duas rodas conjuntamente com os representantes dos motociclistas profissionais de vários estados brasileiros, estiveram juntos e avançaram nas tratativas para levar ao Denatran / Contran propostas para alterações nas resoluções que compõem o sistema de regras para regulamentação do trabalhador motociclista.

Entre as propostas estão a separação do transporte remunerado de cargas (comercial) Motofrete (Legislação Complementar) do transporte remunerado de passageiros (Concessão Pública) Legislação Própria e a inclusão da Resolução 723 na Categoria A da CNH, que trata sobre a pontuação ser diminuída para reciclagem do profissional motociclista não perder a carteira de habilitação, entre outras.

As federações e seus sindicatos defendem as mudanças porque as legislações municipais utilizaram ao criar suas regras parâmetros do setor de táxi, que tem cultura autônoma e diferente do motofrete que é ligado a logística, vendas e transporte de mercadorias, para formular leis municipais. "Defendemos a regularização do motofrete sem a exigência de lei municipal, podemos assim, os Detrans regularizarem o condutores diante do CTB, desde que cumpram as resoluções 356 e 410, não excluindo o município de criar regras complementares, devido a poucos municípios com legislações, no caso da região metropolitana somente São Paulo, tem o funcionamento 100%", conforme alega o grupo de trabalho.

OGT quer também a desburocratização na questão do Curso Obrigatório da resolução 410 do Contran, passando de curso presencial para aulas em Ensino a Distância (EAD), além de passar as 5 horas-aulas para prática Itinerante ou técnica. Espera-se ainda parecer positivo do Denatran sobre o transporte de garupa para veículos espécie Carga, desde que a motocicleta tenha dois assentos e estribos dos pés, para o profissional e veículos 100% regularizados.

Febramoto e SindimotoSP querem do Denatran / Contran inclusão de categoria A (Motofretistas e Mototaxistas) na Resolução 723, que trata da reciclagem que impede a suspensão da CNH, este beneficio hoje é somente para as categorias C, D e E

Essa normativa do Contran / Denatran regulamenta curso de reciclagem preventiva aos motoristas profissionais que exercem atividade remunerada das categorias C, D e E, que podem requerer junto aos Detrans de seus estados o curso preventivo de reciclagem ao atingirem 14 pontos no período de 12 meses. Exatamente o curso que impede o profissional de ter sua carteira de habilitação suspensa, ao completarem 20 pontos no período de 12 meses.

A Lei Federal 13.281, de 4 de maio de 2016, alterou, dentre outros, o Artigo 261, Código de Trânsito Brasileiro, garantindo aos motoristas profissionais de ônibus, vans e caminhões, o direito de realizarem reciclagem preventiva, quando no período de 12 meses, atingirem a contagem de 14 pontos em suas CNHs. Porém, os motofretistas e mototaxistas ficaram fora das regras.

Esta regulamentação do Contran finalmente saiu, mas não para motociclistas profissionais, conforme Art. 261. § 5o que diz "O condutor que exerce atividade remunerada em veículo, habilitado na categoria C, D ou E, poderá optar por participar de curso preventivo de reciclagem sempre que, no período de 1 (um) ano, atingir 14 (quatorze) pontos, conforme regulamentação do Contran."

Na realização do curso preventivo de reciclagem, a pontuação das infrações relacionadas é eliminada para todos os efeitos legais. Agora, o GT quer que os motofretistas e mototaxistas, que desempenham as funções regulamentados, tenham o mesmo direito.

Portaria 166 do Governo Federal cria Grupo Técnico para revisão das Resoluções 356 e 410 do Contran / Denatran

SindimotoSP e Febramoto participarão de Grupo Técnico (GT) do Governo Federal que revisará as resoluções que complementam a Lei Federal 12009 para atender as demandas de motofrete e mototaxi e, assim, incentivar a regulamentação em todo território nacional. Essa é mais uma conquista do sindicato e da federação dos motociclistas profissionais para discutir e propor soluções para o exercício da profissão de motofrete e mototaxi.

O GT tem por objetivo estudar as propostas, sugestões e viabilidades técnicas para a regulamentação das atividades de motofrete e mototáxi, concluindo com proposta ao Denatran de minuta de Resolução, devendo apresentá-la no prazo de 90 dias a contar de sua instalação.

A criação do Grupo de Trabalho no Diário Oficial da União foi publicado em 18/07/2018 | Edição: 137 | Seção: 2 | Página: 46 - pelo Ministério das Cidades/Secretaria Executiva / Departamento Nacional de Trânsito - PORTARIA Nº 166, DE 17 DE JULHO DE 2018.

Elevados índices sobre duas rodas: em 2018, mais de 110 mil indenizações do Seguro DPVAT foram pagas por acidentes com motocicletas

Quando o Código Brasileiro de Trânsito entrou em vigor, há 20 anos, as motocicletas eram responsáveis por menos de 10% das mortes em acidentes nas ruas e estradas do País.

Hoje, esse número cresceu exponencialmente e os dados do Seguro DPVAT ajudam a comprovar este fato: de acordo com a Seguradora Líder, administradora do seguro no país, a motocicleta foi o veículo com o maior número de indenizações pagas nos cinco primeiros meses de 2018. Apesar de representar apenas 27% da frota nacional, concentrou 75% das 148.164 indenizações no período. Os números mostram que, por dia, ao menos 739 motociclistas foram vítimas de acidentes de trânsito no Brasil.

Mas o que pode ser feito, efetivamente, para evitar as tragédias sobre duas rodas e, como consequência, reduzir os índices? A resposta é mais simples do que imaginamos e requer a adoção de um conjunto de soluções, a começar pela educação para o trânsito, desde a pré-escola até a universidade.

Ao disseminar a cultura da segurança desde a mais tenra idade, incentivando o uso de itens obrigatórios de segurança, como o uso do capacete e calçado fechado, além da obrigatoriedade do documento de habilitação, o trânsito certamente se tornará um lugar melhor para todos os que fazem parte dele.

HONDA
The Power of Dreams

Y&R

Já pensou como uma motocicleta Honda pode facilitar o seu dia a dia?

Seja qual for o seu plano, o melhor jeito de chegar lá é com um plano de Consórcio Honda.

- Administradora de consórcio referência no Brasil
- Mais de 5 milhões de motocicletas entregues
- Mais de 35 mil contemplações todos os meses

Trânsito seguro: eu faço a diferença.

www.consorciohonda.com.br
/consorcionacionalhonda

Baixe o aplicativo Consórcio Honda e faça uma simulação.

HONDA
Consórcio

HONDA
The Power of Dreams

Y&R

Nova NXR 160 Bros ESDD com freios CBS.

Os freios se falam, você tem a melhor resposta.

Combi Brake

Com o sistema CBS (Combined Brake System), *ao pisar no freio traseiro, o dianteiro é acionado simultaneamente. Assim, a frenagem é distribuída de modo inteligente, parando a motocicleta numa distância menor e com mais estabilidade.*

BROS 160

Faça um test ride | www.honda.com.br/motos

3 anos de garantia + 7 óleo grátis*

IBAMA

PRODUZIDO NO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS
CONHEÇA A AMAZÔNIA

**Fornecimento de óleo válido a partir da 3ª revisão. Consulte as concessionárias participantes no 0800 701 3432.*

Novas cores / Linha 2018

Painel Blackout Digital
Tecnologia e inovação

Trânsito seguro: eu faço a diferença.

HONDA